

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS NO ENSINO REGULAR EM ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE REMÍGIO

Jéssica Kellery Levino da Costa Andrade (UFPB/CCA/DCFS)

jessicakellery@hotmail.com

Profa. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger (UFPB/CCA/DCFS)

ana.daxenberger@gmail.com

Educação Especial

Comunicação oral

Resumo

A presente pesquisa visou compreender e avaliar como está se constituindo o processo de inclusão de uma escola do sistema público municipal de educação, na cidade de Remígio, no estado da Paraíba, relacionado, especificamente em relação às pessoas com deficiência. Adotou-se o método de abordagem qualitativa com ênfase na pesquisa de campo, a coleta de dados foi feita a partir de análise documental, observações diretas e questionários, os quais foram aplicados para dois gestores, uma coordenadora pedagógica, a secretaria de educação do município e onze professores. Os dados foram categorizados segundo Bardin (1979), e analisados à luz dos fundamentos teóricos e documentos legais. A partir dos resultados obtidos verificou-se que os entrevistados conhecem de forma incipiente o tema inclusão, bem como sentem falta de formação continuada, alegando assim sentirem despreparados para atuarem de forma mais efetiva nesse processo. Sendo assim, esta pesquisa aponta os avanços e dificuldades encontrados pela escola para que possa se constituir como inclusiva. Uma vez que cabe a todos os envolvidos no processo educativo: alunos, professores, gestores, coordenadores e sociedade ter consciência e respeito com as diferenças, para que todos independente de suas necessidades educativas sejam realmente valorizados, incluídos e capazes de frequentar uma escola.

Palavras-chave: Inclusão, igualdade de oportunidades, Necessidades especiais.



ABSTRACT

The present research aimed at understand and evaluate how is forming the inclusion process of a school at the municipal public system of education, in Remígio city, in the state of Paraíba, specifically related to individuals with disability. It was adopted the method of qualitative approach with emphasis on fields research, the data collection was made from document analysis, direct observation and questionnaires, which were applied to two managers, the pedagogical coordinator, the municipal secretary of education and eleven teachers. The data was categorized according Bardin (1979), and analyzed the light of the theoretical fundamentals and legal documents. The criterion to choice this school occurred because its possess a large number of enrollment of students with special needs enrolled on municipal chain, besides being considered an inclusive school by the Department of Education of the city. From the results obtained it was found that the interviewees know incipiently the inclusion theme, as they miss the continuous formation, claiming that feel unprepared to act more effectively in this process. Thus, this research point to the advances and difficulties found by the school to that can build itself as inclusive. Once that it is up to all involved in the educational process: students, teachers, managers, coordinates and society to have conscience and respect with the difference, for everybody, independent of their educational needs are really valued, included and able to attend a school.

Keywords: Inclusion, Equality of opportunities, Special Needs .



Introdução

O discurso de educação inclusiva vem ganhando espaço com o passar do tempo, o qual vem se caracterizando por defender uma educação democrática, de qualidade que visa atender todas às pessoas, considerando a diversidade humana.

A garantia de uma boa educação para todos consiste na mudança de vários fatores na escola, no que implica não somente a aceitação, mais também a valorização das diferenças. A educação inclusiva acredita que a convivência com a diversidade possibilita maiores alternativas de desenvolvimento acadêmico e social ao aluno com NEE (necessidades educativas especiais). Mader (1997) fala que a inclusão considera a diferença como algo inerente à relação entre os seres humanos.

A história da inclusão escolar no Brasil é um fato recente, a qual podemos datar na década de 1980, um movimento incipiente, quando ela apareceu inicialmente em forma de leis, documentos, decretos e hoje vem ganhando espaço na sociedade. A educação inclusiva focaliza a educação do aluno considerando suas necessidades e particularidades, com a intenção de incluir a todos nas classes regulares da rede de ensino. De modo que a educação passa a ser um direito de todos e dever do Estado, no qual é garantido à universalidade e equidade para todos os indivíduos.

Esta pesquisa constitui-se por uma discussão sobre os desafios da educação inclusiva na rede municipal de ensino, a partir de um estudo em uma escola pública no ensino regular do município de Remígio, estado da Paraíba, a fim de identificar se a escola está se caracterizando como uma escola inclusiva além de observar as dificuldades e avanços enfrentados por gestores, coordenadores pedagógicos, professores para que se possa assegurar uma educação de boa qualidade para todos, desenvolvendo assim, as orientações nacionais e internacionais sobre a Inclusão Escolar.

A pesquisa teve como objetivo geral avaliar como está se constituindo o processo de inclusão de uma escola do sistema público municipal de educação, na cidade de Remígio, relacionado, especificamente em relação às pessoas com deficiência.

Metodologia

Está pesquisa se desenvolveu em um formato metodológico de abordagem qualitativa, ao qual se deu por meio de observações diretas em uma escola Municipal do sistema público do município de Remígio, estado da Paraíba. Entende-se por uma

investigação qualitativa em educação as ideias de Bogdan e Biklen (1994, p.16), que descrevem que esta pesquisa assume diversas formas e é conduzida em vários contextos, na área de educação.

De acordo com Chizzotti, (2003), a pesquisa qualitativa refere-se a um trabalho empírico, por meio do desenvolvimento de uma pesquisa de campo que busca juntar e organizar uma quantidade de informações, sendo que as mesmas serão documentadas, para fundamentar o relatório do caso que será, por sua vez, objeto de análise crítica pelos informantes ou qualquer interessado.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, primeiramente foi desenvolvido um levantamento bibliográfico sobre conceitos e concepções na área de inclusão, para que se tivesse um estudo mais aprofundado sobre a temática. No segundo momento, iniciou-se a pesquisa de campo, que teve por objetivo buscar informações sobre como estavam desenvolvendo as ações para a escola ser considerada como inclusiva. Antes da coleta de todos os dados foi pedido autorização para a secretária de educação e para os gestores para que o projeto pudesse ser iniciado.

A coleta de dados foi feita a partir da aplicação de questionários, observações diretas e análise documental. Os questionários foram aplicados para dois gestores, uma coordenadora pedagógica, onze professores e para a secretária de educação. Utilizou-se da observação direta para observar se havia o atendimento necessário às demandas dos alunos com necessidades educacionais especiais quanto à estrutura física da escola em relação à acessibilidade, bem como para ver como era a aceitação dos alunos em sala.

A análise documental foi feita através do documento de rendimento escolar dos dois últimos períodos letivos dos alunos com deficiência, isso se fez necessário porque entendemos que a avaliação é um aspecto fundamental para o progresso do aluno. Para Vasconcellos (1998), a avaliação deve ser um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisões sobre as atividades didáticas seguintes.

Os participantes foram identificados por letras, por questões éticas, ou seja, os gestores foram identificados por G1 e G2; a coordenadora pedagógica por C.P; a secretária de educação por S.E; e os professores por P1, P2, P3 até P11. O critério de escolha desta escola se deu por esta apresentar um grande número de matrículas de alunos com necessidades especiais matriculados na rede municipal, além ser

considerada uma escola inclusiva pela Secretaria de Ensino do Município. O critério de seleção dos professores se deu por estes serem regentes de alunos com necessidades especiais, o critério de escolha da coordenadora pedagógica e da secretaria de educação se deu para saber como essas duas profissionais se posicionam com relação ao paradigma da inclusão e serem as principais responsáveis pelo processo de inclusão escolar no município.

Resultados e discussões

Como já mencionamos anteriormente, a escola inclusiva é aquela que atende a todos, independentemente, de seu gênero, idade, raça, deficiência, nível social; garante um ensino educacional de qualidade, reconhecendo e respeitando suas diversidades. É aquela escola que além de permitir o acesso, faz com que se tenha a permanência e o aprendizado, respondendo a cada aluno de uma maneira positiva, aceitando suas individualidades, potencialidades e necessidades. A inclusão significa abrangência, possibilitando maior equidade para acolher a todos, abrindo horizontes para o desenvolvimento da aprendizagem, segundo Carvalho (2004, p. 79), educação inclusiva é:

Igualdade de oportunidades, respeito às necessidades individuais, melhoria na qualidade do processo ensino-aprendizagem (respostas educativas das escolas), melhoria das condições de trabalho dos educadores, maior participação das famílias e da sociedade em geral, remoção de barreiras para aprendizagem e para participação... são outros princípios que dever ser seguidos para colocar-se em prática o que se concebe como sistemas educacionais inclusivos.

Tornou-se possível nesse trabalho identificar que o conceito de inclusão escolar ainda está muito superficial para maior parte dos participantes, pois, pelas respostas dadas vê-se que eles identificam inclusão escolar, simplesmente, pelo fato de inserir os alunos com deficiências nas escolas regulares, ainda usam o termo “normal” equivocadamente o que nos permite afirmar que na escola ainda há segregação entre “normais e anormais”. Assim eles se expressam:

Inclusão escolar é tentar incluir alunos com alguma deficiência em turmas de alunos considerados normais. (G1)

Entendo que inclusão é a interação de pessoas portadoras ou não de deficiências com o meio social. (G2)

Inclusão escolar significa inserir crianças, adolescentes, jovens e idosos no contexto escolar. (P1)

Inclusão é a abertura e aceitação em todo e qualquer espaço, de pessoas portadoras de necessidades especiais. É o convívio dessas pessoas com aquelas ditas “normais”. (P2)

É a participação de alunos com necessidades especiais no âmbito da escola regular. (P3)

É incluir todos os alunos com algum tipo de deficiência sem discriminação. (P4)

Tornar a escola local de acesso para as pessoas com deficiências. (P5)

Quando questionados sobre o direito das pessoas com n.e.e de estarem matriculadas na escola regular e o acesso ao currículo escolar comum, todos aceitam de forma unânime sobre esse direito. Todavia, muitos dos professores colocam um condicionamento a este direito, o oferecimento de formação continuada para que eles pudessem ser preparados e habilitados a trabalharem adequadamente com alunos com n.e.e. Entendemos que isso é necessário, mas isto não pode de forma alguma ser um condicionando para que todos tenham acesso à educação. Assim eles se expressam:

Concordo. **Porém, o que deveria de fato acontecer era haver uma preparação tanto curricular, pedagogicamente e estruturalmente para que possamos atendê-los com mais seguridade e conseqüentemente obter bons resultados.** (G2) grifo nosso

Sim. Os alunos com deficiência devem ser incluídos no ensino regular, **mas deveria haver uma preparação para que os professores possam lidar com essa situação.** (P1) grifo nosso

Concordo **desde que haja um constante acompanhamento especializado para este aluno e que o professor tenha ajuda ou seja habilitado para trabalhar com ele.** (P2) grifo nosso

Ao discutir o papel dos professores e gestores neste trabalho pôde-se perceber que os docentes e gestores não se encontram capacitados para atender os alunos com deficiências, sentem-se receosos e não escondem o medo e despreparo profissional ao atender o aluno. A insegurança em ensinar às pessoas com deficiência poderia ser amenizada com a participação em cursos de formação continuada, os quais podem contribuir no aprofundamento dos aspectos etiológicos e didático-pedagógicos.

Sobre a prática docente a maioria dos participantes afirma que procuram desenvolver suas práticas de maneira que atenda as necessidades dos alunos por meio de adaptações curriculares. Mas P6 entra em contradição quando fala que sua prática é

inclusiva, pois ela leciona em horário a parte para a aluna. Mesmo que a intenção seja boa, a mesma segrega a aluna, na medida em que ela vai ensinar em um ambiente separado dos demais alunos, utilizando de um horário extra, estas atividades não são complementares como se expressa na Constituição Federal Brasileira (1988) e na LDB 9.394/96. Entende-se que os apoios em contra turno podem ser feitos, desde que a aluna seja atendida em suas n.e.e. e não sofra segregação, sendo este atendimento um complemento às atividades escolares.

Vemos o despreparo da escola para receber tais alunos, sempre alegando insegurança dos professores, que acabam não sabendo o que fazer em relação aos alunos com necessidades educativas especiais. Constata-se que há necessidade dos Gestores assumirem seu papel social quanto ao processo de construção da escola inclusiva, garantindo não só a matrícula de todos os alunos nas escolas regulares, mas também condições pedagógicas em que os professores possam fazer adaptações curriculares e atender os alunos com n.e.e. A escola inclusiva exige um novo paradigma de escola, na qual reconhece o papel de cada membro na instituição de ensino, incluindo gestores, equipe técnica, professores, família e alunos, num formato de trabalho cooperativa e solidário (STAINBACK e STAINBACK, 1999).

Quanto ao rendimento dos alunos percebe-se que os professores não estão avaliando as peculiaridades dos mesmos, estão avaliando com ênfase na reprovação e repetência, analisando, comparando com o rendimento dos demais. De acordo com Monteiro (1989), apresentando as ideias de Vygotsky, as avaliações devem ser elaboradas com o intuito de despertar no aluno o interesse e que estas também possuam um sentido para o desenvolvimento potencial do aluno, dessa maneira, o professor precisa reconhecer o que o aluno sabe (zona de desenvolvimento real) para por meio de suas interações pedagógicas (zona proximal) possa então fazer com que o aluno consiga progredir e adquira novos conhecimentos (zona potencial). Vale salientar que é importante que a escola tenha consciência de que as dificuldades apresentadas pelos alunos é resultado do modo como se ministram o ensino e de como os avaliam.

Quando analisamos os documentos sobre rendimento escolar dos alunos com n.e.e., constatou-se por meio das vozes dos professores, que para eles, a avaliação é realizada em todo o processo escolar e no final de cada ciclo, que a mesma é entendida como um percurso permanente e processual que envolve os sujeitos, conteúdos e procedimentos. Mas, quando analisados os documentos sobre o rendimento escolar de cinco alunos com n.e.e., observa-se que nele não há aspectos qualitativos de

aprendizagem, somente aspectos quantitativos, os quais só apresentam a nota dos alunos e nem documento sobre como os professores registram ou acompanham qualitativamente a aprendizagem do aluno foi entregue a pesquisadora.

Nos documentos analisados, identifica-se que o mesmo é um boletim escolar no qual há notas distribuídas ao longo de bimestres letivos e para todos os alunos com n.e.e., verificou-se que o rendimento escolar está entre 3,5 (três e meio) e 6 (seis), sendo todos reprovados no último ano letivo. Nos anos anteriores, observa-se nos documentos que pelos menos uma vez cada aluno desistiu de continuar os estudos.

A série correspondente a cada aluno é: Aluno A e B estão no 6º ano; Aluno C, D e E estão no primeiro ciclo, ou seja, 1ª série. Estes dados nos permite afirmar que o discurso sobre avaliação está baseada em fundamentos teóricos segunda Luckesi e Hoffman, todavia, documentalmente, não se constata está prática. O que nos permite alertar sobre a impropriedade sobre práticas de inclusão escolar, que prevê adaptações curriculares como previsto em documento oficiais do MEC (PCN Adaptações Curriculares, 1988) e teóricos da educação baseada em uma concepção inovadora como Hoffman (2001); Luckesi (2002), Vasconcelos (1998) e Hadji (2001).

Considerações Finais

A educação inclusiva é um tema aberto, que merece atenção e profunda reflexão capaz de conduzir a ações efetivas de reconhecimento e de aceitação do diferente em sua singularidade.

As modificações pedagógicas são essenciais para que a inclusão realmente aconteça, exige dedicação e esforço de todos, mudanças desde o planejamento, formações de docentes, alocações de recursos até flexibilização curricular, para que o ensino possa ser visto como de qualidade.

Nesse trabalho, observamos que a inclusão é um processo que vem caminhando a passos lentos e que em uma escola do ensino regular, pública do município de Remígio, estado da Paraíba, ainda falta muito o que fazer, para que ela realmente se caracterize como uma escola inclusiva.

Analisando a política de inclusão, avaliou-se que na concepção geral dos entrevistados, o tema inclusão escolar ainda é muito superficial, os mesmos não sabem ao certo do que se trata, se sentindo despreparados com muitas dúvidas de como se lidar com os alunos com necessidades especiais, constatando-se assim que seria necessário

que houvesse inicialmente uma capacitação profissional desses profissionais, para que assim pudessem se tornar agentes qualificadores do ensino inclusivo.

Constatou-se que não há adaptação adequada com relação à acessibilidade, com relação ao planejamento de aula e nem mesmo na forma de avaliação. Os professores avaliam os alunos com deficiências da mesma forma exigente e burocrática dos outros alunos, não fazendo uma avaliação adaptada as peculiaridades dos mesmos. E para se alcançar a igualdade aceitando a diversidade é necessário profundas mudanças nesse âmbito social.

Quando se refere às dificuldades, estes se encontram em grandes números, identificando-se pelo despreparo profissional, falta de conhecimento teórico e prático dos professores, falta da construção de um projeto político pedagógico baseado nos princípios de inclusão escolar.

Finalizando, ressaltamos que a inclusão escolar está apenas começando, o caminho é longo. Porém, é possível construir uma escola inclusiva, mas é necessário que todos os envolvidos nesse processo estejam sólidos com um projeto político-pedagógico que atenda a diversidade, na garantia de que todos com ou sem deficiência possam tornar-se seres ativos e participativos numa sociedade sem discriminação. Sem investir na formação continuada dos profissionais da educação e o investimento material nas escolas, o processo de inclusão apresentará mais e mais dificuldades. Por este motivo, alertamos sobre a necessidade de ações indutoras do Estado, e das universidades públicas que poderiam auxiliar ao seu redor com atividades extensionistas nas escolas públicas.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdos**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988

_____; **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394, 1996.

BOGDAN, R.C; BIKLEN. S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Porto editora, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler. **Colocando os pingos nos “is”**, São Paulo: Mediação, 2004.



CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2003.

HADJI, C. **A avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 14. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MADER, G. Integração da pessoa com deficiência: a vivência de um novo paradigma. In: MANTOAN, M.T.E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memmon, 1997, p. 44-50.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p.183-210.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial - Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares**, 1998.

MONTEIRO, Mariângela Silva. **Vygotsky um Século Depois**. São Paulo: Artes Médicas, 1989.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994.

_____. **Declaração sobre os direitos de Todos à Educação**. Jomtien: Tailândia, 1990.

VASCONCELLOS, G.S. **Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação**. São Paulo: Libertad, 1998.

